TL 2235
COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE
CDPM-PORTO
Travessa da Ferreira, 96-6.º E.º
P 4200 PORTO – PORTUGAL

comunicado de imprensa

Timor-Leste nas instâncias internacionais

A fim de debater e divulgar o tratamento de que a situação em Timor-Leste tem vindo a ser objecto em várias instâncias internacionais, em particular na ONU, bem como perspectivar intervenções futuras, nomeadamente discutir a forma de os deputados portugueses levantarem a questão no Parlamento Europeu, promoveram a Comissão para os Direitos do Povo Maubere e o Grupo "Paz e Justiça para Timor-Leste" uma sessão pública, ontem, 8 de Março, na Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto.

Presentes:

- Luísa Teotónio Pereira, de "Em Timor-Leste a Paz é possível";
- António José Fernandes, deputado PRD no Parlamento Europeu, prof. da U. Minho (Relações internacionais);
- António Barbedo de Magalhães, da Comissão para os Direitos do Povo Maubere;
- José Carvalhosa, do Grupo "Paz e Justiça para Timor-Leste".

António Barbedo começou por lembrar que em 1980 o Parlamento Europeu aprovou uma importante resolução sobre a situação em Timor-Leste, a qual nunca teve qualquer sequência por não encontrar apoio no Governo de Lisboa.

Referiu, depois, a enorme evolução havida desde que, em Janeiro de 1982, o Governo afirmou ter já feito tudo ao seu alcance, e, reconhecendo-se impotente para solucionar o caso de Timor, o endossava ao P.R.. Nessa altura, disse, a guerrilha tinha passado por uma grande crise, o regime indonésio parecia firme como uma rocha, e não se punha sequer a hipótese de negociações com o Governo português.

A criação da 1ª comissão eventual da A.R. e as acções de sensibilização da opinião pública nacional e internacional, por esta desenvolvidas, levaram o mesmo Governo a desencadear uma campanha diplomática que evitou uma previsível derrota na Assembleia Geral da O.N.U. em Outubro de 1982.

Depois, a guerrilha recrudesceu, e foram os próprios militares indonésios quem propôs conversações de paz à FRETILIN. Estas tiveram lugar em Março de 1983, numa zona controlada pela guerrilha, e conduziram a um cessar fogo que durou até Agosto desse ano.

Quando, então, o general Benny Murdani ameaçou "utilizar todas as forças ao seu dispor"

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE
CDPM-PORTO
Travessa da Ferreira, 96-6.º E.º
P 4200 PORTO — PORTUGAL

para "esmagar, sem piedade, os guerrilheiros da FRETILIN", e anunciou que acabaria a guerra até Outubro de 83, a única coisa que conseguiu, além de massacres, foi mostrar à evidência, as clivagens crescentes no seio do exército indonésio, motivadas pelo arrastar da guerra em Timor, e a crescente inoperacionalidade deste.

A oposição crescente ao regime indonésio, manifestada sobretudo a partir de Setembro de 1984, a prisão de numerosos generais e dalguns ex-ministros do Presidente Suharto, mostra quão frágil começa a ser o apoio ao regime militar. A recente evolução nas vizinhas Filipinas sugere que alterações profundas poderão vir a ocorrer também na Indonésia mais cedo do que antes se imaginaria.

Tudo isto aponta para a necessidade de Portugal assumir, plenamente, as suas responsabilidades relativamente a Timor-Leste, batendo-se para conseguir que o Povo Maubere se auto-determine num acto democrático e livre, fiscalizado pelas Nações Unidas.

Luísa Teotónio Pereira recordou que a questão de Timor-Leste tem sido apreciada e debatida nas Nações Unidas e foi objecto, entre 1976 e 1982, de resoluções anuais na Ass. Geral.

Em 1982, a responsabilidade de encontrar uma solução justa e que respeitasse os direitos do povo de Timor foi endossada ao secretário-geral, Perez de Cuellar. No âmbito deste mandato começaram em 1984 conversações entre Portugal e a Indonésia, numa 1ª fase dedicadas à discussão de aspectos "humanitários". Dentro de algumas semanas deverá começar uma nova fase, na qual se abordarão questões políticas, nomeadamente o direito à auto-determinação, garantido pela Carta das Nações Unidas, pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e por todas as resoluções aprovadas na ONU sobre Timor-Leste.

Luísa Teotónio Pereira afirmou que o Estado português tem de passar das afirmações teóricas a uma prática política consequente, tem de criar condições para que os representantes do povo de Timor-Leste participem nas negociações e para que o povo maubere possa exercer digna e livremente o direito à auto-determinação que lhe assiste e que é explicitamente reconhecido pela Constituição da República Portuguesa.

António José Fernandes, deputado do PRD no Parlamento Europeu, começou por ler uma mensagem enviada pelos quatro membros do PRD que integram o recém-criada Comissão Eventual da A.R. para Timor-Leste: deputados Vitorino Costa, Costa Carvalho, Rui Santos e A. Sousa Pereira.

Nesta mensagem os referidos parlamentares manifestam "a sua solidariedade para com os justos anseios do Povo Maubere", e "a sua preocupação pelos destinos e pela defesa dos direitos" desse povo, e afirmam "a sua inequívoca preocupação pelo que actualmente se passa com o povo Timorense, bem como a sua total disponibilidade para colaborarem na defesa dos justos interesses do martirizado povo Maubere."

Na sua intervenção, que seria complementada durante o debate, o deputado António José Fernandes, que é professor do curso de Relações Internacionais da Universidade do Minho, fez considerações sobre o Direito à Auto-determinação e as responsabilidades que cabem a Portugal de assegurar condições para que o Povo Maubere exerça de facto esse direito.

Falou, depois, na necessidade de inverter o sentido que estarão a ter as conversações entre Portugal e a Indonésia, e que resulta da ausência de representantes do povo Maubere nessas conversações e do pouco empenhamento com que os sucessivos governos têm atacado o problema.

Finalmente, mostrou-se totalmente disponível para desencadear acções , no Parlamento Europeu e sugeriu a necessidade de conjugar esforços com a Assembleia da República e o Conselho da Europa. Referiu ainda que o facto de estarmos no Ano Internacional da Paz abre pistas novas que deverão ser aproveitadas .

José Carvalhosa, referindo-se aos resultados da recolha de assinaturas levada a cabo por todo o país, em subscrição da "Declaração sobre Timor-Leste", divulgou ter o seu número atingido cerca de 4000

Neste Dia Internacional da Mulher, 8 de Março de 1986, uma referência especial foi feita pela mesa, à situação das mulheres em Timor-Leste, tendo sido lidos alguns passos do discurso proferido em Nairobi, na Conferência das Mulheres promovida pelas Nações Unidas, por Emília Pires, uma das três representantes de Timor-Leste presentes.

Citando,

"...O que as nossas irmãs de Timor-Leste têm experimentado não tem sido "a igualdade, o desenvolvimento e a paz", mas sim a expoliação, o sofrimento e a guerra, ou, mais concretamente, a destruição de lares e aldeias, o assassinato de entes queridos, transmigração, violações, prisões e imposição forçada de uma língua e sistema estrangeiros (...).

A luta das mulheres de Timor-Leste é a luta de todos os timorenses por uma verdadeira igualdade, um verdadeiro desenvolvimento e uma verdadeira paz."

Seguiu-se um debate que permitiu tirar conclusões muito importantes para uma acção futura.

8.Março.86

Porto

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE
CDPM-PORTO
Travessa da Ferreira, 96-6.º E.º
P 4200 PORTO — PORTUGAL